

RESENHAS

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 316pp.

Tania Salem

Doutora em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional/UFRJ

Três famílias tem como objetivo examinar a trajetória transgeracional em três redes familiares de classe popular no Grande Rio de Janeiro. Elege-se, como referência inicial do percurso, a relação entre um "casal fundador" e uma casa e, a partir daí, acompanha-se o destino social de suas descendências ao longo de, pelo menos, três gerações. Na família Duarte o casal original se constitui em 1900 no bairro do Estácio, dando início também a uma longa vinculação ao serviço público municipal. Nas outras famílias, Costa e Campos, as parcerias inaugurais se formam entre os anos 1940 e 1950, respectivamente nos bairros de Jurujuba (Niterói) e Éden (Baixada Fluminense): enquanto a primeira perpetua uma antiga associação com a atividade da pesca, a segunda apresenta uma maior heterogeneidade em termos profissionais e educacionais.

Os capítulos 2, 3 e 4 empreendem um primoroso mergulho etnográfico e

histórico em cada uma das redes, revelando suas similaridades e significativas diferenças. É no capítulo 6, contudo, que a comparação sistemática entre as três famílias assume sua forma final.

Os autores apresentam o trabalho como um "experimento". A qualificação parece atrelar-se a seu caráter pouco ortodoxo: além de serem membros de linhagens socialmente ascendentes de duas dessas redes (Duarte e Campos), um dos autores – Duarte – mantém uma estreita relação pessoal, iniciada numa situação de pesquisa em 1970, com o homem do casal fundador da família Costa. Dessa inserção peculiar no objeto de estudo e da inviabilidade do recurso ao anonimato decorrem inúmeras questões éticas, cuidadosamente deslindadas tanto na introdução quanto no capítulo 1. A tarefa de observar e estranhar o familiar, justamente porque literal, exige esforço e controle redobrados. Além disso, ser simultaneamente pesquisador e membro da família (seja por laços de sangue ou de profunda amizade) gera uma espécie de dupla lealdade que estipula exigências e compromissos nem sempre coincidentes. Mesmo reconhecendo que as famílias têm suas defesas próprias, cabe aos pesquisadores decidir – do que lhes é dito e/ou do que já sabem por nelas se inserirem – o que revelar, o que silenciar e o que camuflar. Há também um delicado débito moral implicado nessa transação,

que, associado a uma reiterada nostalgia dos autores pelo “desentranhamento perdido”, parece elucidar a ênfase na solidariedade, dignidade e correção moral (sobretudo das gerações passadas) a expensas de tensões e conflitos familiares. Embora o leitor seja advertido que esse modelo mais harmonioso é enfatizado pelos próprios informantes (:177), pode-se ainda assim especular se, ao lado do compartilhamento de um saudosismo, essa idealização não se atrela também a um pacto implícito, não necessariamente consciente, entre pesquisadores e informantes.

Seja como for, o fato é que os benefícios desse empreendimento pouco canônico são, para o público leitor, inquestionáveis. *Três famílias* é não só uma obra sensível e comovedora no que respeita à preservação e/ou recuperação de memórias familiares como também um trabalho exemplar em termos sociológicos.

Conforme anunciado já na abertura do livro, a análise dos trajetos transgeracionais é realizada à luz da tensão entre, de um lado, permanência e resistência, e, de outro, mudança e rompimento. O primeiro polo se explicita numa intensa relação com a *casa* e no compartilhamento de um *ethos* fundado na solidariedade e na prevalência da relacionalidade sobre a individualização. Já a mudança no arcabouço físico e moral familiar se expressa numa eventual retração da casa original – em contraste com sua permeação e acolhimento primitivos – e, no que concerne aos novos núcleos descendentes, em afastamentos mais ou menos dramáticos da rede familiar e da localidade, desembocando, no limite, em processos radicais de individualização.

O capítulo 5, “Casa e família nas classes populares”, trata, entre outras coisas, dessa tensão – sempre relativa e diferencial – nas três redes examinadas. Observa-se, nas famílias Duarte e

Campos, movimentos em direção a uma autonomia, interiorização e distinção, ou seja, a uma individualização no sentido pleno do termo. Em outros casos a mudança é relativamente menos notável, e a família Costa é, nesse sentido, modelar. Há ainda situações que evidenciam um “nem lá, nem cá”, nas quais, por exemplo, o afastamento da casa original não implica simultaneamente adesão moral ao individualismo. As transformações nas redes familiares são creditadas a fatores vários, como a sucessão de gerações, o afastamento das linhagens, as diferenciações sociais geradas no seu interior e também a mudanças mais gerais impostas pelo processo histórico. Especial atenção é conferida ao modo como o pluralismo religioso – insinuado na sociedade brasileira a partir dos anos 1970 – impacta, mais uma vez diferencialmente, nas redes familiares, ocasionando mesmo, em alguns casos, fissuras e rompimentos internos significativos. A família Campos, em particular, é destacada como palco de disputa entre catolicismo como crença atribuída/valorização dos laços de sangue/sincretismo, de um lado, e pentecostalismo/primado da escolha religiosa/ ênfase na família de fé/proselitismo, de outro. Por meio de uma impecável análise da pluralidade religiosa nas famílias, seus conflitos internos, muitas vezes subordinados no livro, emergem com potência.

Em suma, a diversidade do universo examinado – já notável na apresentação dos casais fundadores, mas secundária em relação à sua origem social comum – se revela, com o passar do tempo e das gerações, muito mais aprofundada. O reconhecimento de trajetórias sociais e morais tão díspares em famílias de origem popular é, em si, fato sociológico importante e conduz à questão de como esclarecer esse cenário mais plural com base em razões que extrapolam qualidades pessoais.

Num capítulo primoroso, "Condições diferenciais de reprodução" (capítulo 6), os autores, ao mesmo tempo em que compreendem uma comparação extremamente interessante entre as três famílias, se dispõem a elucidar, recorrendo a fatores fundamentalmente sociológicos, trajetórias de maior ou menor afastamento da casa original, bem como incitações diferenciais para elas. A análise aclara, por exemplo, o maior conservadorismo da família Costa, discorrendo sobre razões várias que fazem com que ela seja, comparativamente às outras, mais retentiva, mais guetificada e, portanto, relativamente menos submetida a mudanças e menos disposta a processos de autoafirmação e individualização. Seria interessante especular sobre possíveis implicações decorrentes do fato de esta família – bem como o bairro de Jurujuba – constar como referência importante para a construção do modelo holista proposto por Duarte para as classes populares em seu *Da vida nervosa* (1986).

O reconhecimento da pluralidade de trajetórias da classe popular nas últimas décadas e o foco em níveis etnograficamente menos abstratos têm igualmente implicações teóricas significativas. No capítulo final os autores admitem a necessidade de matizar, também no plano propriamente analítico e teórico, a polaridade entre o modelo holista e o individualista. Ao mesmo tempo, revelam insatisfação com conceitos intermediários disponíveis para a interpretação de fenômenos de escala microssociológica. Assim, por exemplo, critica-se – com justeza, aliás – a excessiva generalidade da noção de individuação, por mim proposta em 1987. Emerge daí a proposta da *autoafirmação*.

Comparativamente ao conceito de individuação, o de autoafirmação é menos abrangente e sociologicamente mais preciso justamente por se reportar, de

modo adequado e necessário – tendo em vista o tema e os tempos em pauta – ao individualismo. Conforme insistido pelos autores, a autoafirmação, ao mesmo tempo em que pressupõe um contexto individualista como cenário de fundo, guarda alguma particularidade diferencial com relação aos processos de autonomização, interiorização e distinção (:253).

Parece residir, precisamente nesse caráter mais específico do conceito, sua maior força, mas também suas maiores complicações. Abre-se mão, com pertinência, dos grandes modelos e oposições, mas em compensação passa-se a transitar por áreas mais cinzas e esfumaçadas onde afloram imprecisões conceituais. Com efeito, um dos maiores embaraços do conceito de autoafirmação advém do fato de ser um "entre". Trata-se de um "entre" individuação e individualização; "entre" resistência e mudança; "entre" relacionalidade e individualização; "entre" pertencimento e desenraizamento etc. Justo porque comprometido com o suposto de um *continuum*, as fronteiras entre os processos de autoafirmação e individualização revelam-se, por vezes, tênues tanto no plano etnográfico quanto no analítico. Numa passagem, por exemplo, estipula-se uma equivalência entre a autoafirmação e uma "relativa individualização" (:183). Não resta dúvida ser mais fácil e confortável lidar com as diferenças, mais claramente qualitativas e mais marcadamente estabelecidas, entre a cosmologia holista e a individualista.

O outro problema inerente ao conceito de autoafirmação – e ainda relacionado ao esfuçamento relativo entre o *ethos* das classes populares e o das camadas médias – diz respeito a qual seria sua identidade contrastiva. Tome-se como ilustração o que os autores consideram ser uma das características morais centrais das classes populares e uma dimensão fundamental do que "resiste":

"o pertencimento familiar" ou "o sentimento de entranhamento natural". Contudo, o que é apresentado como seus contrapontos – "uma súbita secessão da rede familiar originária", ou ainda "um afastamento absoluto da relacionalidade" – são movimentos não aplicáveis nem mesmo às camadas médias individualistas mais prototípicas. De fato, como já mostrado, os preceitos ideológicos individualistas, inclusive os que concernem à família e à relação entre gêneros, estão permeados de tantas ambivalências, contradições e contratendências que é plausível postular que a adesão a eles situa-se mais no plano do valor que no do fato. Esta é, aliás, outra maneira de abordar o dilema inerente às novas propostas dos autores: ao aludirem aos preceitos individualistas, parecem aproximar-se do plano do valor ou dos ideais, ao passo que ao tratarem da autoafirmação estão mais colados ao fato.

Essas complicações não comprometem, de modo algum, a importância da empreitada. Pelo contrário, *Três famílias* é uma obra que veio para ficar não só como marco na literatura sobre família e classes populares brasileiras, mas certamente também para muito além daí.